

70
anos
1947 - 2017



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

CX. POSTAL 2042. C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

VEREADORTUCANO@CMCM.PR.GOV.BR

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

GABINETE VEREADOR SIDNEY R. RIBEIRO "TUCANO" - PR



SÚMULA

À CAL

Para providências

Campo Mourão, 24/10/2017

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Poder Legislativo de Campo Mourão:

Nos termos da Resolução n. 11/2013, de 03, de junho de 2013, com alterações posteriores registramos a seguinte Súmula:

Indicação Legislativa: "Dispõe sobre a instalação de faixa elevada para travessia de pedestres e pessoas com necessidades especiais, em frente a todas as instituições de ensino público e privado, do Município de Campo Mourão, e dá outras providências".



SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 17 de Outubro de 2017.

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo N.º 1001 / 2017

Campo Mourão, 18/10/17 Horas 09:50

marcelo
PROTOCOLISTA

SIDNEY RONALDO RIBEIRO
"TUCANO"
Vereador - PR

Poder Legislativo de Campo Mourão
Processo n.º 2869 / 2017
Código Verificador : PZ17
Requerente: SIDNEY RONALDO RIBEIRO
Data / Hora: 20/10/2017 15:03
Assunto: Processo Legislativo
Subassunto: Súmula



000000000000000000006855

A COORDENADORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS CERTIFICA

REQUERIMENTO Nº _____ /2017

SÚMULA Nº 1001 /2017.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 003/97; 019/2011 e 11/2013.
SOBRE A MATÉRIA:

(X) *não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.*

() existe o registro de súmula de outro Vereador e **CÓPIA ANEXO.**

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

(X) *não há qualquer óbice.*

() a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, I, a RI)
() Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)
() Já transformado em diploma legal (167, I, C)

() a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

() Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

(X) *não há qualquer óbice.*

() a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

() a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº.....2017 (em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

() a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 180 (cento e oitenta dias) (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.

() a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 20 de Outubro de 2017.

.....
Marcelo
Marcelo Antonio Brandino Assis
Coordenadoria de Assuntos Legislativos

70
anos
1947 - 2017



**PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ**

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220
CX. POSTAL 450. C.N.P.J 79.869.772/0001-14
CONTATO@CMCM.PR.GOV.BR
WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR



**DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO
CERTIFICA:**

Proposição: Súmula nº 1001/2017 – Tucano

INDICAÇÃO LEGISLATIVA: “DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE FAIXA ELEVADA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRE E PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, EM FRENTE ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO, DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

- ☒ Não
☐ Sim (Legislação em anexo)

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

- ☒ NENHUM ÓBICE QUANTO A TRAMITAÇÃO.
☐ Já aprovada (167, I, a RI)
☐ Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)
☐ Já transformado “integralmente” em diploma legal (167, I, C), necessitando de análise Jurídica.
☐ Já transformado “parcialmente” em diploma legal (167, I, C), necessitando de análise Jurídica.
☐ A proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 23 de outubro de 2017.

JULIANA GODOI DEL
CANALE:06139464994

Assinado de forma digital
por JULIANA GODOI DEL
CANALE:06139464994
Dados: 2017.10.23 15:27:40
-02'00'

JULIANA GODOI DEL CANALE
Departamento de Controle Legislativo
e Arquivo Histórico

DIRETORIA JURÍDICA

A CAL
Para providências
Campo Mourão, 27/10/2017



DE: DIRETORIA JURÍDICA
PARA: PRESIDÊNCIA

PARECER Nº. 1803 /2017

Ref.: SÚMULA Nº 1001/2017

ORIGEM: VEREADOR SIDNEY RONALDO RIBEIRO – TUCANO.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Atendendo a Vossa Determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pela Lei nº 3.809/2017, e, art. 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:

I - DO RELATÓRIO

O Ilustre Vereador Sidney Ronaldo Ribeiro - Tucano apresenta **Súmula**, protocolizada sob o nº **1001/2017** - Processo Digital nº 2869/2017 - que registra Indicação Legislativa: “DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE FAIXA ELEVADA PARA TRAVESSIA DE PEDESTRES E PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, EM FRENTE A TODAS AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO, DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Súmula em epígrafe foi protocolizada no dia 18 de outubro de 2017.

A Coordenadoria de Assuntos Legislativos certificou, em 20 de outubro de 2017, a inexistência de matéria registrada por outro Vereador, bem como a inexistência de óbice quanto à prejudicialidade e quanto aos quesitos para recebimento e distribuição da proposição.

O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou, em 23 de outubro de 2017, a inexistência de legislação municipal sobre a matéria.

Em 25 de outubro do corrente exercício, a Súmula em comento foi encaminhada a esta Diretoria Jurídica.

É a síntese do essencial.

II - DO MÉRITO

A Súmula requer registro de Indicação Legislativa, instituindo a “instalação de faixa elevada para travessia de pedestres e pessoas com necessidades especiais, em frente a todas as instituições de ensino público e privado” do Município de Campo Mourão.

No tocante a posterior apresentação de proposições legislativas, cabe ressaltar os prazos previstos nos artigos 2º e 3º da Resolução nº. 11/13, a qual dispõe sobre o registro de Súmulas.

III - DA CONCLUSÃO

EX POSITIS, esta Diretoria Jurídica se manifesta favorável à apresentação da presente Súmula.

É o parecer, *sub censura*.

Campo Mourão, 27 de outubro de 2017.

Ulisses Lima
Ulisses Lima Takarada
Procurador Jurídico
OAB/PR 59.148